

CGM 20 Anos: emoção e reflexão

Controladoria comemora duas décadas de pioneirismo e constante aprimoramento



A criação da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro é o marco inicial do controle interno no Brasil, nos moldes preconizados pela Constituição de 1988. A CGM-RJ foi a primeira controladoria pública criada no Brasil e serviu de exemplo para o resto do Brasil. Portanto, a passagem de seu vigésimo aniversário, completado em dezembro de 2013, não poderia deixar de ser amplamente comemorada.

Uma das principais ações que celebraram duas décadas de pioneirismo e constante aprimoramento da Controladoria foi o *Encontro Técnico CGM 20 Anos*, realizado nos dias 5 e 6/12/2013, no Centro de Convenções SulAmérica. A mesa de abertura foi composta por Elizabeth Righetti Moraes e Vinícius Costa Rocha Viana, ex-controladores gerais da CGM-RJ; o atual controlador-geral Antonio Cesar Lins Cavalcanti; e o assessor da Secretaria Geral de Controle Externo do TCM-RJ, Carlos Augusto Werneck, representando o conselheiro-presidente, Thiers Montebello.

VEJA MAIS NESTA EDIÇÃO

Entrevista

O auditor do TCU Carlos Roberto Takao Yashioka fala sobre controle, Tecnologia da Informação e trabalho de inteligência na administração pública.

página 3

Artigo

O presidente do Conselho Nacional de Controle Interno, Gustavo Ungaro, discorre sobre a evolução da transparência no Brasil a partir da Constituição de 1988.

página 6

Aconteceu

Nesta edição, um Aconteceu especial sobre as principais ações que marcarão as comemorações dos 20 anos da CGM-RJ, e um painel com registros visuais.

página 9

“Chegamos aos 20 anos com fôlego para mais duas décadas de trabalho”, assinalou o controlador-geral Antonio Cesar Lins Cavalcanti. “O mundo está mudando e precisamos estar atentos à evolução do controle interno”, disse, acrescentando que a CGM-RJ convidou representantes de outros órgãos de controle interno para este evento com a finalidade de promover uma troca de experiências.

Homenagem ao criador da CGM-RJ



Exibição de vídeo durante a homenagem ao professor Lino Martins da Silva

Já no primeiro dia, o evento foi marcado por muita emoção. A começar pelas homenagens feitas ao criador e primeiro controlador-geral da CGM-RJ, o professor Lino Martins da Silva.

A obra do criador da CGM-RJ foi analisada de três perspectivas: acadêmica, classe contábil e administração pública. De fato, nenhuma homenagem seria tão significativa quanto mostrar que sua obra está viva. Antes dos comentários, foi apresentado vídeo do próprio professor Lino discursando na ocasião em que ganhou a medalha Pedro Ernesto na Câmara do Vereadores, a mais alta comenda da Cidade.

Em seguida, Elizabeth Righetti Moraes, controladora-geral no período 1997-2000, que hoje ocupa o cargo de diretora-geral de Planejamento, Coordenação e Finanças do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, lembrou que o professor Lino passou em concurso para fiscal da Receita Estadual, mas sempre se dedicou à contabilidade. “Ele criou uma nova filosofia de trabalho. Antes, os órgãos de controle eram muito presos aos aspectos legais, mas o doutor Lino privilegiava o aspecto da economicidade”, destacou.

“Minha vida profissional não teria sido tão intensa sem o doutor Lino como professor e chefe”, declarou, em seguida, Fátima Rosane Ma-

chado Barros, assessora do controlador-geral, que chegou à CGM-RJ às vésperas da mudança da moeda para o real, que exigiu aplicação de um deflator para todos os contratos. “O Dr. Lino me convidou para trabalhar com ele e, como era sua tradição, ofereceu todos os cursos e recursos necessários”, frisou.

O clima de emoção se manteve predominante com os depoimentos que se seguiram, a começar por Sandra Maria de Carvalho Campos, que participou do grupo de estudos coordenado pelo Dr. Lino no Conselho Federal de Contabilidade para elaboração das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público e para convergência das normas aos padrões internacionais. “A Controladoria era a ‘menina dos olhos’ do professor Lino”, admitiu Sandra, que hoje é sócia-diretora da KPMG Risk Advisory Service Ltda.

Em seguida, Paulo Lessa, assessor do controlador-geral no período 1993-2000, e o professor Josir Simeone Gomes, que atuou com o Prof. Lino no programa de mestrado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, deram seus depoimentos, enfatizando o lado humano do mestre, que “além de grande amigo era um professor informal”. Muito emocionado, o professor Josir afirmou que irá recomendar ao Conselho Regional de Contabilidade a instituição do Prêmio Lino Martins da Silva para homenagear os melhores profissionais a cada ano.

Registro da História



Capa do livro “Controladoria 20 Anos - passado e presente preparando o futuro”

Ainda no primeiro dia do Encontro Técnico foi feito o lançamento do livro “20 Anos da Controladoria Geral do Município o Rio de Janeiro – passado e presente preparando o futuro”, e a divulgação do número 99 do “Prestando Contas”, uma publicação especial so-

Carlos Roberto Takao Yoshioka



Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União.

Qual a importância da informação no processo de tomada de decisões?

Informações são imprescindíveis para todas as decisões que precisamos tomar, tanto na vida particular como na profissional. E a decisão será melhor na medida em que sejam disponibilizadas aos decisores informações qualificadas (especialmente quanto à sua credibilidade) que eles necessitem (não qualquer informação). Informações desnecessárias não contribuem para a boa decisão e as falsas resultam em decisões erradas. Assim, considerando que o termo informações é gênero, do qual são espécies os dados (informações brutas utilizadas como insumos em processos de análise) e os conhecimentos (informação qualificada, especialmente por ser ela a definida como a necessária para a tomada de decisão e valorada quanto à sua credibilidade, e que resultam de processos de análises) na verdade, o que o decisor necessita é de conhecimentos. Dados, por serem informações que, por si só, não possuem valor agregado ou conclusões resultantes de análises diversas que não são exatamente a necessária no processo decisório contribuem pouco para o alcance da boa decisão.

Quais as vantagens e os riscos da TI no processo decisório?

Na nossa realidade atual, considerando o elevado nível de informatização das unidades jurisdicionadas, bem como a enorme quantidade de dados eletrônicos disponíveis em diversas fontes abertas e de acesso restrito aos órgãos de controle, é impensável a coleta de dados para a análise sem a utilização de recursos de TI, especialmente sistemas gerenciadores de bancos de dados e de ETL (extração, transformação e carga). Além dis-

so, ferramentas destinadas à análise desses dados são especialmente úteis para a produção de conhecimentos necessários aos processos decisórios inerentes à atividade de controle, nos níveis estratégico, tático e operacional.

Diversas são as vantagens do uso da TI no processo de produção de conhecimentos, especialmente nos casos em que é impossível que a mente humana processe enormes massas de dados. No entanto, é importante que fique bem claro que a atuação humana para orientar as análises e produzir conhecimentos é insubstituível. E a orientação exige o conhecimento do negócio a ser analisado. Nesse sentido, é preciso diferenciar sistemas transacionais de sistemas de análises e de produção de conhecimentos. Sistemas transacionais são caracterizados pela alta taxa de atualização e grande volume dos bancos de dados, dentre os quais se destacam os sistemas contábeis, cadastradores, de controle administrativo, de gestão de processos e de geração de folhas de pagamentos; devem ser usados para facilitar as atividades que podem ser mapeadas em processos de trabalho que não sofrem grandes alterações ao longo do tempo. Sistemas de análises e de produção de conhecimento, em geral, devem priorizar outra característica: a flexibilidade.

O conhecimento necessário para o processo decisório é algo que sofre alterações constantes ao longo do tempo. Assim, para que o desenvolvimento desses sistemas resulte em algo realmente útil, tem sido necessário pessoas com perfis diferentes. O desenvolvimento de um sistema transacional será realizado de forma mais rápida e resultará em um sistema útil se for orientado por uma pessoa que seja profunda conhecedora do negócio e que, ao mesmo tempo, tenha noções de banco de dados e outros conhecimentos de informática necessários ao entendimento das vantagens e das limitações de sistemas informatizados.

O sistema de análise e geração de conhecimentos exige profissionais que sejam profundos conhecedores de negócio e também sejam profundos conhecedores de bancos de dados, para que possam realizar as análises diretamente, utilizando uma infraestrutura de hardware e de software que permita gerir grande quantidade de dados, da forma que entender ser necessária para produzir os conhecimentos necessários aos decisores. É importante que isso seja destacado porque a metodologia atualmente existente não tem surtido bons

resultados, tendo em vista que pressupõe duas áreas distintas e estanques: a área de negócios e a área de TI.

O conhecedor puro da área de negócios, que não possui conhecimentos de informática suficiente para entender as vantagens e as limitações de um sistema informatizado, tem dificuldades em traduzir suas necessidades (por meio de casos de uso) para orientar a área de TI. A área de TI, sem conhecimentos sobre a área de negócios, fica sem orientação para modelar os bancos de dados e desenvolver os sistemas que permitirão a utilização dos dados registrados. Além disso, há necessidade de bem estruturar os dados para que seja possível o processo de análise. A maior parte dos dados que hoje está disponível é dado não estruturado, cujo processo de coleta e análise é muito difícil de ser executado. Um dos grandes problemas que hoje enfrentamos é a baixa qualidade dos dados eletrônicos disponíveis, cujas causas principais são omissões ou erros humanos ocorridos na modelagem dos bancos de dados e no momento de registrar os dados, bem como fraudes (registro proposital de dados em sistemas com teor não verdadeiro). Realizar análises partindo da premissa de que os dados são verdadeiros é correr o risco de chegar a conclusões falsas, com margem de erro muito alta (especialmente devido aos casos que são falsos-positivos).

Há necessidade de conhecer e aplicar técnicas de análise de dados que permitam avaliar a fonte dos dados e seu conteúdo de forma que a credibilidade dos conhecimentos produzidos possa ser determinada para a correta utilização no processo decisório. Também importante que as análises sejam realizadas por pessoas que tenham conhecimento profundo de negócio e de bancos de dados para que os conhecimentos sejam de fato os que são necessários e que não sejam cometidos erros na manipulação dos dados, dentre os quais destacamos métricas erradas de quantidade ou de valor causadas por "produto cartesiano". E em palavras simplificadas, é a utilização múltipla de um mesmo dado, no cálculo da métrica, ao se associar incorretamente duas ou mais tabelas distintas.

Outro grande problema é adotar a premissa de que os dados disponíveis são suficientes para chegar a qualquer conclusão necessária. Isso porque, apesar da quantidade de dados disponíveis para análise ser imensa, nem sempre estão disponíveis todos os dados que são efetivamente necessários para produzir os conhecimentos mais importantes. Especialmente no processo de análise de riscos, muitos deles referem-se a ações humanas que não são possíveis de deduzir dos dados eletrônicos.

Quais as principais dificuldades para a implementação da atividade de inteligência no contexto de uma Prefeitura?

A principal dificuldade que se observa na implementação da atividade de inteligência em qualquer contexto no Brasil é a resistência ou a rejeição pré-existente contra ela, criada por opiniões pré-concebidas com base em dados errados, veiculados na mídia e associados a atividades ilegais ou imorais, especialmente por conta dos casos passados no antigo SNI. Isso ocorre em decorrência do desconhecimento da metodologia da atividade de inteligência, de seus conceitos, princípios, técnicas e objetivos. E a atividade é tão imprescindível que dela não abrem mão os governos dos países mais desenvolvidos do planeta. Isso porque não existirá um Estado democrático forte sem que ele disponha de uma atividade de inteligência forte e estruturada, que tenha condições de produzir os conhecimentos necessários aos que exercem o poder, para bem direcionar suas decisões, e proteger os dados e conhecimentos que são os principais ativos do país, para que se alcance o sucesso nas decisões em que eles forem utilizados. Em menor escala, toda autoridade que exerce algum poder necessita de conhecimentos para decidir bem em sua esfera de atuação.

A segunda grande dificuldade é o receio das autoridades, que têm o poder de decidir se implantam ou não tal atividade em seu órgão, porque estão envolvidas em irregularidades e que desejam manter o status quo do desconhecimento da verdade.

A terceira grande dificuldade é a escassez de oferta de cursos de capacitação, já que existem somente duas escolas no país – Escola de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (Esint/Abin) e a Escola de Inteligência do Comando do Exército (EsIMEx/Cmdo Exército) – cujos cursos têm públicos-alvos restritos e selecionados.

A quarta grande dificuldade é aplicar a metodologia da atividade de inteligência ensinada nas escolas citadas (que são adequadas especialmente para a inteligência de Estado) na nossa área de atuação – controle externo. O campo de aplicação da metodologia é enorme, mas é preciso que ela seja melhor conhecida e compreendida, inclusive pelas nossas autoridades.

Quais as principais competências que uma pessoa que deseja trabalhar com inteligência dentro do serviço público deve buscar desenvolver ?

A atividade de inteligência possui três grandes áreas de atuação – Ramo Inteligência, Ramo Con-

trainteligência e Operações – que exigem profissionais com perfis diferentes. O primeiro requisito é o conhecimento de nosso negócio – controle externo. Por isso, o ideal é que a escolha dos profissionais para atuarem na atividade de inteligência seja realizada por meio de seleção interna, buscando aqueles que apresentem as competências mais adequadas para cada área de atuação. Dentre as comuns a todas elas, podemos citar a perspicácia, a coragem, a discricção e a resistência à frustração. O domínio de outras áreas de conhecimento são altamente desejáveis, tais como Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados e Direito, especialmente administrativo, civil e penal, incluindo as áreas processuais, a primeira para a coleta e análise de dados e a segunda para a realização de operações, especialmente conjuntas com outros órgãos e entidades.

O que é inteligência aplicada ao controle, tema de sua palestra?

Resumo a resposta com a seguinte definição: “Atividade especializada na produção de conhecimentos que permitam às autoridades competentes, nos níveis estratégico, tático e operacional, adotar decisões que resultem em aumento de eficiência, eficácia, efetividade, economicidade, tempestividade e oportunidade das ações de controle externo e realizar ações que exijam a utilização de métodos e técnicas de investigação”.

Como garantir qualidade a tanta informação?

A enorme quantidade de dados disponíveis é uma realidade que enfrentamos, mas, como ressaltado antes, é necessário selecionar os dados que são imprescindíveis para produzir conhecimentos. Esta espécie de informação é a que permite

Há necessidade de conhecer e aplicar técnicas de análise de dados que permitam avaliar a fonte dos dados e seu conteúdo, de forma que a credibilidade dos conhecimentos produzidos possa ser determinada para a correta utilização no processo decisório.

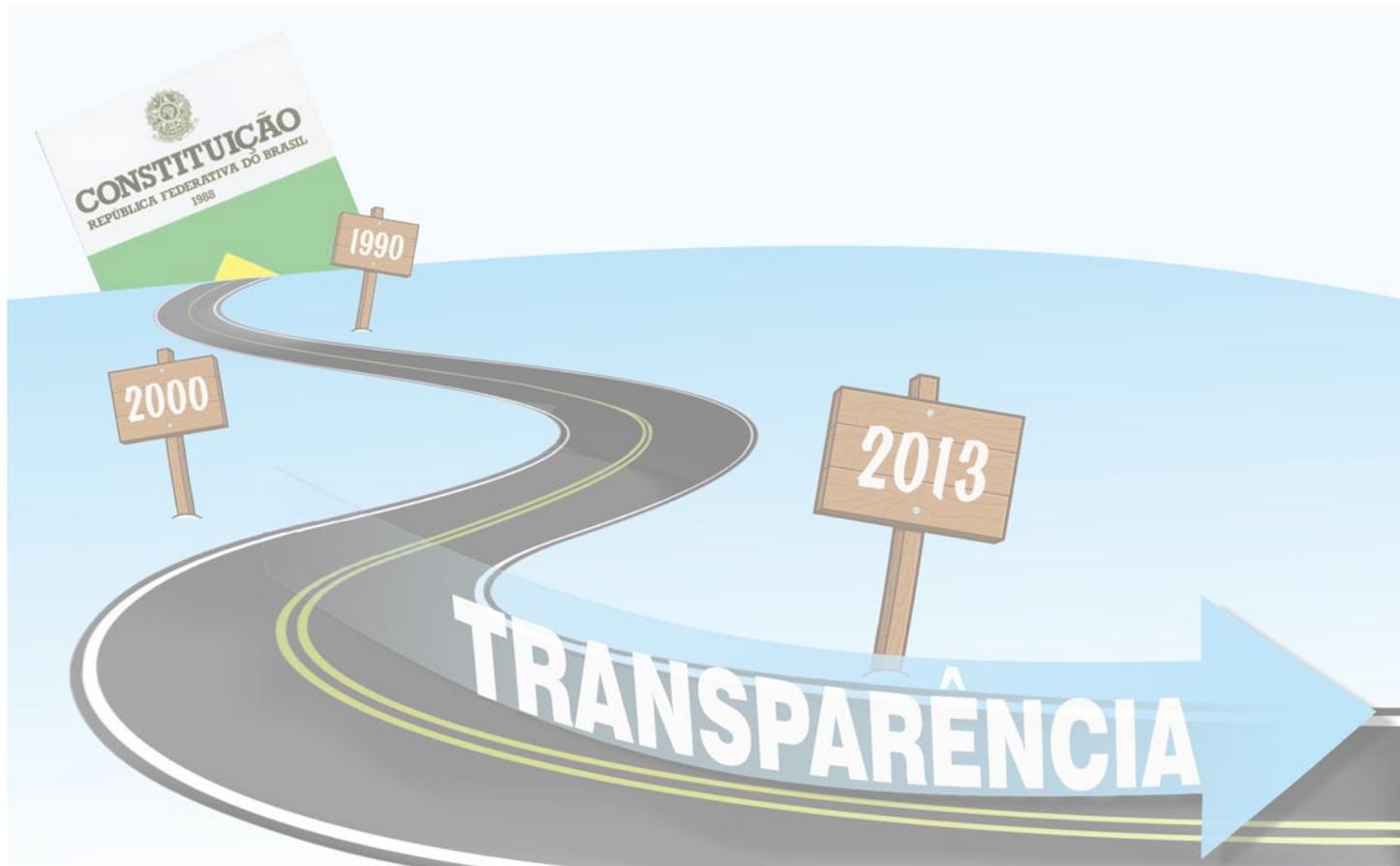
Hoje a tecnologia dá acesso a uma enorme massa de informações e dados. Como analisar tudo isso? É preciso saber coletar os dados que são, de fato, necessários ao processo de produção de conhecimentos – coletar dados desnecessários significa perda de tempo e desperdício de utilização de recursos. Como uma grande parte de dados não são provenientes de fontes, mas de canais, que tentam replicar os dados das fontes, mas que possuem menor credibilidade que os originais, especialmente em face da desatualização, da omissão e da alteração do conteúdo em relação ao conteúdo da fonte, é outro problema que deve ser considerado. Nesse sentido, ferramentas de mineração de textos é especialmente útil para a coleta de dados eletrônicos não estruturados. Mas, o mais importante é a possibilidade de obter os dados que são imprescindíveis para o processo de produção de conhecimentos e que não estão disponíveis para a coleta. São esses dados que têm o potencial de possibilitar a produção dos mais importantes e necessários conhecimentos.

a boa decisão. E para produzi-los, com qualidade, é necessário conhecer e aplicar técnicas de análises que permitam a avaliação de sua credibilidade. Ressalte-se que a avaliação da verdade dos fatos pode ser realizada com tais técnicas, mesmo sem a comprovação (produção de provas diretas ou indiretas), e, por isso, difere das técnicas de auditoria que conhecemos, apesar de elas serem úteis a todos os auditores para direcionar/orientar a atividade de produção de provas ou evidências.

Como o poder público pode agir para capacitar o servidor?

O primeiro passo é capacitar os servidores na metodologia da atividade de inteligência, ante a necessidade de conhecer a sua doutrina, os seus princípios e os principais métodos e técnicas utilizados. Depois, é preciso definir como utilizar tal metodologia no controle externo, considerando as nossas atribuições e necessidades de informações, para que tornar as ações de controle externo mais eficientes, eficazes, efetivas, econômicas, tempestivas e oportunas.●

Transparência ainda que tardia



“Pode acontecer que a constituição seja livre e que o cidadão não o seja. O cidadão poderá ser livre e a constituição não o será. Nestes casos, a constituição será livre de direito, e não de fato; o cidadão será livre de fato, e não de direito. Somente a disposição das leis, e mesmo das leis fundamentais, forma a liberdade em sua relação com a constituição. Mas, na relação com o cidadão, costumes, maneiras, exemplos recebidos podem fazê-la nascer; e certas leis civis podem favorecê-la.” Montesquieu, Charles de Secondat, Baron de, 1689 a 1755. *Das leis que formam a liberdade política em sua relação com o cidadão.* in “O Espírito das Leis”. Tradução de Cristina Murachco.

São Paulo: Martins Fontes, 2000.

A Constituição Cidadã de 1988, estatuto político da democracia construída após duas décadas de regime ditatorial, estabeleceu as condições jurídicas para afastar as trevas e a obscuridade, típicas da autocracia, apregoando a publicidade e assegurando o acesso a informações públicas como direito fundamental, próprio de um governo aberto à sociedade, de modo a superar o ranço dos segredos trancafiados em numerosos cofres espalhados pelos herméticos gabinetes do poder de antanho. Sendo o Brasil uma República, pode haver algo mais paradoxal que uma gestão secreta da coisa pública?

Nossa Carta é cristalina: “é assegurado a todos o acesso à informação”, na dicção do inciso XIV ao

artigo 5, cerne do capítulo dos direitos e deveres individuais e coletivos, verdadeira declaração de direitos humanos constitucionalmente insculpida em sua parte inicial. O inciso XXXIII realça o direito de todos a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, coletivo ou geral, prestadas no prazo legal, sob pena de responsabilidade, ressalvadas apenas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança. O inciso XXXIV igualmente assegura a todos o direito de petição aos Poderes Públicos e a obtenção de certidão em repartições públicas, e o LXXII prevê o habeas data, instrumento processual para o eventual descumprimento dos postulados garantidores do direito declarado.

No artigo 37, sobre a regência da Administração Pública, há comando para a edição de lei que regule o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, e ainda o 216 incumbe a Administração de gerir a documentação governamental e franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

Apesar dos avanços civilizatórios representados no texto constitucional vigente, há quem ouse propor seu imediato sepultamento por meio de absurda proposta de instauração de processo constituinte, quando a maior reforma possível, capaz de enfrentar as desigualdades e injustiças que ainda maculam a pátria, seria o esforço máximo por conferir efetividade aos seus revolucionários dispositivos voltados à construção de uma sociedade livre, justa e solidária, promovendo o bem de todos.

A Constituição garante o acesso a informação, e a Lei Federal nº 12.527/2011 veio regulamentá-la de modo conveniente e oportuno, ainda que com certo

sanções. Graças a ela conhece-se, hoje, a remuneração dos agentes públicos, e diversas correções em procedimentos puderam ser realizadas após estudos e matérias jornalísticas, viabilizados em função de pedidos de informação contemplados.

No Estado de São Paulo vigora, desde 1999, a Lei de Defesa do Usuário do Serviço Público (Lei Estadual nº 10.294/1999), que reconhece três direitos básicos do usuário: o acesso a informação, a qualidade e o controle, tendo criado um sistema estadual de defesa do usuário, composto por ouvidorias e comissões de ética, dotado de centralização de informações e de procedimentos correspondentes.

Assim, com lastro nesta experiência administrativa, foi possível ao Governo do Estado de São Paulo implantar centenas de Serviços de Informações ao Cidadão - SIC e atender, no primeiro ano de vigência da lei, a mais de nove mil pedidos de informação, registrando apenas quarenta recursos apreciados pela Corregedoria Geral da Administração,

A Constituição garante o acesso a informação, e a Lei Federal nº 12.527/2011 veio regulamentá-la de modo conveniente e oportuno, ainda que com certo atraso.

atraso. Inicialmente elaborada para o Poder Executivo Federal, durante sua tramitação no Congresso Nacional teve seu alcance ampliado para os três Poderes e nos três níveis da Federação, estatuidando a transparência como regra e o sigilo como delimitada exceção para todos os órgãos públicos no país, bem como para todos os que tenham assumido responsabilidades públicas em avenças estatais.

A Lei, a seu turno regulamentada no Poder Executivo Estadual Paulista por meio do Decreto nº 58.052/2012, estabelece as condições para o pleno acesso, define as situações em que seja possível classificar uma informação como reservada, secreta ou ultrassecreta, tutelando adequadamente a intimidade e a privacidade por meio da distinção entre as situações exclusivamente privadas daquelas sujeitas ao interesse geral; assegura a transparência passiva, em que se responde a solicitações concretas e específicas, e impulsiona a transparência ativa, quando os dados são disponibilizados por iniciativa própria de seu detentor, principalmente por meio de portais da transparência na internet; fomenta uma política adequada de gestão documental, distribui responsabilidades e prevê

a maioria dos quais logrou provimento na instância recursal para a efetividade do acesso a informação.

Para a advocacia, o pleno acesso à informação é condição fundamental para o correto exercício cotidiano do nobre mister de demandar efetividade dos direitos individuais e coletivos, em defesa da ordem democrática e do Estado de Direito. Tolher o acesso à informação é amputar a liberdade, impedindo a transparência.

A liberdade está assegurada em nossa Constituição, para todos os cidadãos. Ela existe de direito e de fato, mas ainda assim é uma conquista a ser renovada continuamente. Como o ser vivo precisa do ar para se oxigenar, a liberdade se revigora a cada instante pela transparência, aspirando informação. E não prescinde de bons costumes, maneiras, exemplos e leis.

Gustavo Ungaro

Presidente do Conselho Nacional de Controle Interno e da Corregedoria Geral da Administração do Estado de São Paulo. Bacharel e mestre em Direito pela Universidade de São Paulo – USP – Largo São Francisco, Advogado licenciado e professor de ensino superior. Autor de “Responsabilidade do Estado e Direitos Humanos” (Editora Saraiva, 2012) e “Terras Paulistas, Justiça e Cidadania” (Imesp, 2011).

Livro do professor Martins Guerra traça um panorama do controle na administração pública



Os controles externo e interno da administração pública - 2ª edição revisada e ampliada

por *Evandro Martins Guerra*

Editora *Fórum*

488 páginas

14,5 x 21,5 cm

ISBN: 978-85-89148-95-5

A realidade econômica e social de hoje em dia, aliada ao desenvolvimento das tecnologias da informação, exige mudanças de comportamento da parte do Estado, sobretudo quanto à forma de administrá-lo. E a evolução da gestão está diametralmente ligada ao desenvolvimento do Controle Interno, o qual não pode se restringir à fiscalização e apuração de irregularidades.

No livro "Os controles externo e interno da administração pública", o professor Evandro Martins Guerra, que também é servidor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, procura esmiuçar os meandros, conceitos e fundamentações dos controles externo e interno da Administração tanto na teoria quanto na prática, sem perder de vista os limites legais dessa atuação. Com prefácio de Carlos Pinto Coelho Motta, o livro traz, no capítulo 9, Eixos Fundamentais para Efetivação dos Sistemas de Controle, o mais importante para gestores e administradores públicos.

A obra apresenta noções da atividade financeira do Estado e abarca temas de Direito Financeiro, como orçamento, receita, despesa e crédito público. Ressalta o Tribunal de Contas, e destaca sua relevância constitucional no sistema de controle, sua evolução histórica, funções, competências, estrutura, organização, composição, espécies, jurisdição, o processo administrativo de contas e as normas trazidas pela Lei Complementar n. 101, de 04.05.200, Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal.

A publicação é mais do que pertinente - tanto que já está na segunda edição, revisada e ampliada - pois a principal característica do sistema de con-

trole é a imposição de um limite, ou seja, a definição de um marco intransponível para o gestor da coisa pública. Nesse contexto, o controle interno é um instrumento de aprimoramento da gestão pública voltada à concretização dos direitos e garantias dos cidadãos e legitimação do próprio governo.

Conforme é apresentado pelos editores, o livro "perpassa o conteúdo específico do controle, suas conceituações, suas classificações, suas fontes legais e, principalmente, a praticidade de seus mecanismos, seu real alcance e suas efetivas possibilidades".

O autor mostra a evolução da eficácia e eficiência na administração pública, sem perder de vista os limites da legalidade, legitimidade e economicidade. Com efeito, este segmento vive em constante transição, no sentido de aperfeiçoamento, já que nunca adquiriu caráter estático, devido à característica cíclica do Estado de Direito Democrático. E livros como este ajudam a garantir a aplicação dos princípios norteadores da administração pública, de forma que administrador, ao tomar e executar suas decisões, não poderá ultrapassar a barreira imposta pelo ordenamento jurídico, sob pena de responsabilização.

Por tudo isso o livro é de grande relevância. Afinal, no Brasil, qualquer atuação administrativa está condicionada aos princípios expressos no art. 37 da Constituição brasileira. O controle da administração pública é regulamentado através de diversos atos normativos, que trazem regras, modalidades e instrumentos para a organização desse controle.

Evandro Martins Guerra é advogado; professor de Direito Administrativo e Direito Financeiro da Faculdade Milton Campos; professor de Direito Financeiro e Finanças Públicas da PUC Minas; professor de Direito Administrativo da Universidade FUMEC; professor do curso de pós-graduação da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo/PUC Minas. Coordenador do curso de pós-graduação (especialização em Direito Administrativo) do CEJUFE. ●



Difícil relatar em tão pouco espaço tudo o que ACONTECEU na CGM em comemoração aos seus 20 anos de atividades. Vamos tentar fazê-lo resumidamente, já que após a Resolução N° 1099, de 18/06/2013, que instituiu o "Projeto CGM 20 anos", muitas ações foram promovidas para lembrar duas décadas de inovação, pioneirismo e constante aperfeiçoamento do controle interno no Município do Rio de Janeiro. Abaixo relacionamos algumas das ações mais marcantes, e na próxima página exibimos um painel ilustrativo.

Solidariedade



Além do Encontro Técnico, objeto da matéria principal, a CGM começou a festejar seu vigésimo aniversário promovendo algumas ações de solidariedade, reunidas sob o lema "Campanha CGM Solidária", que incentivou os funcionários a fazerem doações à instituição CRAS - Germinal Domingues, que é um dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e integra a estrutura da Secretaria Municipal de Assistência Social - SMDS.

A CGM Solidária foi dividida em três etapas: "Alimentos", "Faça uma criança feliz!" (brinquedos) e "Esvaziando seu armário você pode encher o seu coração!" (Roupas e sapatos).

A campanha teve três etapas e foi um sucesso absoluto, já que mobilizou a maioria dos servidores, seus familiares e amigos. Isto pôde ser comprovado na solenidade de entrega das doações, marcada por muita emoção.

Viagem no tempo

Para contar aos servidores os principais marcos da história bem sucedida da CGM, foi produzido o informativo digital "Viagem no Tempo", que teve três edições. A primeira delas apresentou fatos e documentos que marcaram a trajetória da instituição, como a Resolução 002/1994, que instituiu o roteiro básico para formalização dos processos de despesa.

A segunda edição do Viagem no Tempo trouxe dados sobre a origem do FINCON-Contratos (FCTR), desde o lançamento, em 1994, até o lançamento do Novo FINCON, finalizado em 2006, com a implementação na administração direta.

Já o número 3 do informativo contou um pouco da história do Rio Transparente, que é um compromisso da CGM-RJ com a Cidadania.

Em homenagem ao Dia do Servidor Público (28 de outubro) o Grupo CGM 20 anos fez visita surpresa a setores da CGM.

O Talento é Aqui

Mas as comemorações da CGM não se resumiram às ações solidárias. O talento de seus servidores não foi esquecido. Os servidores que possuem alguma habilidade artística tiveram a oportunidade de se apresentar no evento "CGM: O Talento é Aqui". Cerca de 100 servidores foram prestigiar apresentações de colegas em diferentes manifestações artísticas como música, poesias e artesanatos. O evento teve formato de um programa de rádio, o que contribuiu para torná-lo mais interessante. A Controladoria promoveu ainda o concurso "Celebrando 20 anos em uma frase", cuja a entrega do prêmio aconteceu no dia da apresentação do Talento é Aqui. A competição foi dominada pelas mulheres, presentes nas três frases vencedoras.

O primeiro lugar foi dividido entre "Criamos, recriamos, inovamos... Assim, somos CGM 20 anos!", da servidora Regina Fátima da Silva Castelar (CEL), e "A história da CGM é construída como passos da nossa vida: a euforia da chegada, os desafios do dia a dia, a oportunidade de trabalho que visa a uma sociedade mais ética", criada por Maria da Penha Coutinho da Veiga (ADG). Já o terceiro lugar ficou com Rita Dias Santana (GAB): "CGM: 20 anos com eficiência e controle".

A fotografia também teve o seu espaço. Entre as ações programadas três exposições reuniram fotos trazidas por servidores que marcaram um pouco a história de cada um. Além disso, o projeto CGM 20 anos - Faça sua foto! reuniu todos aqueles que se apresentaram para serem retratados num grande painel fotográfico que ficará para história da CGM ●



Painel Ilustrativo CGM-RJ 20 Anos

Veja abaixo algumas das principais ações realizadas como parte das comemorações pelos 20 anos da CGM-RJ



Exposição de Produtos da CGM

A exposição foi realizada durante o Encontro Técnico CGM 20 anos e exibiu aos participantes os diversos produtos elaborados pela CGM-RJ



Painel 20 Anos

Painéis montados a partir de fotos tiradas dos servidores da CGM-RJ



Exposição de fotos

Mural com fotos, recolhidas entre os servidores, contando em imagens os 20 anos de história da CGM-RJ.



Viagem no Tempo

Informativos com curiosidades da história da CGM-RJ, como as primeiras resoluções e evolução dos sistemas.

CONCURSO

DE ARTIGOS CIENTÍFICOS DE CONTROLE INTERNO

PRÊMIO

PROFESSOR LINO MARTINS DA SILVA

PREMIAÇÃO

1º R\$5.000 2º R\$3.000 3º R\$2.000

INSCRIÇÕES
À SER DEFINIDA

REGULAMENTO
www.ascierj.com

TEMA

CONTROLADORIA NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



Apoio | Bradesco

ASCIERJ

(continuação da pág. 2) bre os 20 anos da CGM-RJ. As duas publicações encontram-se disponíveis para consulta e download no portal da CGM (www.rio.rj.gov.br/web/cgm).

“O livro conta a história iniciada antes mesmo da criação da CGM, passa pela elaboração de manuais, planejamento estratégico, destaca o pioneirismo da CGM, que se tornou referência nacional”, observa a assessora-chefe da Assessoria Técnica de Estratégia e Relações Institucionais da CGM, Márcia Andréa dos Santos Peres, organizadora do livro.

O livro também destaca a preocupação permanente da CGM com a inovação, as mudanças de legislação, a formação de parcerias, eventos, produtos e serviços. “Procuramos mostrar, ainda, os ciclos de gestão, as diversas estruturas organizacionais e fizemos uma ‘linha do tempo’. Mas os servidores também foram lembrados”, destacou Márcia Andréa.

Encerrando o primeiro dia, Carlos Augusto P. Werneck proferiu a palestra “A contribuição do controle interno como auxílio do controle externo”.

Olhando para o futuro

Em 6 de dezembro, segundo e último dia do evento, os temas giraram em torno da evolução do controle interno e suas perspectivas futuras. Os trabalhos foram abertos com a palestra “A evolução do controle interno no Brasil - dificuldades e superações sob o enfoque do CONACI”, ministrada por Eugênio Manuel da Silva Machado, auditor-geral do Estado do Rio e representante do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci).

Já o auditor federal de controle externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Carlos Roberto Takao Yoshioka, abordou o tema “Inteligência aplicada ao controle”.



*Palestra de Eugênio Manuel da Silva Machado
(Cf. programação abaixo)*

Na parte da tarde ocorreu a mesa redonda “Perspectivas e desafios para o futuro do controle interno”, integrada por Antonio Cesar Lins Cavalcanti, Controlador geral do Município do Rio de Janeiro, Carlos Higino Ribeiro de Alencar, Secretário Executivo da CGU, Gustavo Ungaro, Corregedor Geral da Administração do Estado de São Paulo, Lenilda Braga Rodrigues Porto da Silva, Coordenadora de Controle Interno da Prefeitura da Cidade de Piraí – RJ, e Angela de Arezzo Meireles, Subcontroladora de Integração de Controles da CGM-RJ.

Logo após, o controlador-geral entregou uma placa comemorativa a Vinícius Costa Rocha Viana, primeiro controlador oriundo do quadro técnico, ali representando toda a equipe CGM-RJ. O controlador agradeceu aos servidores pela dedicação que, ao longo desses 20 anos, permitiu que a CGM-RJ crescesse e mantivesse uma posição de destaque na área de controle do país.

Logo após, transcorreu em clima festivo a solenidade de encerramento do evento •

Programação resumida do Encontro Técnico CGM 20 Anos

Eixos centrais do evento

- 1) A história da CGM e homenagem ao seu criador, prof. Lino Martins da Silva, que foi controlador geral nos períodos 1993-1996 e 2001-2008.
- 2) O controle interno no âmbito nacional.
- 3) Perspectivas e desafios para o controle interno.
- 4) O encontro da História da CGM com seus autores.

Dia 5/12/2013

9 h – Solenidade de Abertura

10h – Lançamentos: livro “20 anos da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro – o passado e o presente preparando o futuro” e “Prestando Contas Especial sobre os 20 anos da CGM”

11 h – Mesa Redonda: “A importância da obra do Professor Lino Martins da Silva vista de três perspectivas: Acadêmica, Classe Contábil e Administração Pública”

14h30 – Mesa redonda – A Criação da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro e sua Evolução

16 h – Palestra: “A contribuição do Controle Interno como auxílio ao Controle Externo – a visão do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro” (por Carlos Augusto Pereira Werneck)

18h – Encerramento

Dia 6/12/2013

9 h – Palestra: “A evolução do Controle Interno no Brasil – dificuldades e superações, sob o enfoque do CONACI - Conselho Nacional de Controle interno” (por Eugênio Manuel da Silva Machado)

11h – Palestra: Inteligência aplicada ao Controle (por Carlos Roberto Takao Yoshioka)

14h – Mesa Redonda : Perspectivas e Desafios para o Futuro do Controle Interno

16h - Agradecimentos da Controladoria Geral

18h - Encerramento

Estamos atualizando nosso cadastro de mala direta do “Prestando Contas”. Por favor, envie seus dados de contato atualizados (incluindo e-mail e endereço físico) para a Assessoria de Comunicação Social da CGM-RJ pelo e-mail: acs.cgm@pcjr.rj.gov.br. Obrigado!

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanço Orçamentário. Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Dezembro de 2012 a dezembro de 2013

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA		REALIZAÇÃO				SALDO	
	dez/12	dez/13	Em dez/12	Em dez/13	Até dez/12	Até dez/13	Em dez/12	Em dez/13
RECEITAS CORRENTES	18.354.239.120,00	20.811.928.144,00	1.949.750.152,66	1.840.755.752,15	18.569.189.810,80	20.737.117.598,93	(214.950.690,80)	74.810.545,07
Tributárias	7.336.659.421,00	8.401.251.105,00	566.911.104,85	638.769.738,90	7.522.996.945,54	8.358.916.482,46	(186.337.524,54)	42.334.622,54
Contribuições	2.399.803.591,00	2.623.425.911,00	361.586.613,85	422.857.229,16	2.400.645.322,17	2.634.713.848,77	(841.731,17)	(11.287.937,77)
Patrimoniais	968.691.009,00	994.636.616,00	52.710.096,84	101.406.902,63	946.858.636,44	767.323.560,67	21.832.372,56	227.313.055,33
Industrial	9.566.630,00	12.540.967,00	623.324,23	810.444,68	6.241.089,90	6.551.403,01	3.325.540,10	5.989.563,99
Serviços	351.468.647,00	336.795.419,00	30.492.085,24	21.548.279,66	316.595.021,74	350.170.443,24	34.873.625,26	(13.375.024,24)
Transferências Correntes	5.856.486.838,00	6.700.897.858,00	529.465.890,23	544.204.104,28	5.879.152.005,86	6.591.651.959,59	(22.665.167,86)	109.245.898,41
Outras Receitas Correntes	1.431.562.984,00	1.742.380.268,00	407.961.037,42	111.159.052,84	1.496.700.789,15	2.027.789.901,19	(65.137.805,15)	(285.409.633,19)
RECEITAS DE CAPITAL	2.149.037.862,00	2.700.668.382,00	96.336.462,14	55.711.498,31	1.120.269.326,24	1.012.008.140,69	1.028.768.535,76	1.688.660.241,31
Operações de Crédito	955.672.174,00	1.459.393.782,00	74.616.901,00	46.934.058,96	457.058.452,60	717.931.852,50	498.613.721,40	741.461.929,50
Alienações de Bens	441.451.434,00	250.204.664,00	122.465,74	-	387.288.217,65	15.321.511,30	54.163.216,35	234.883.152,70
Amort. de Empréstimos	112.266.100,00	126.156.842,00	7.436.775,61	5.903.283,28	99.554.822,11	83.080.255,51	12.711.277,89	43.076.586,49
Transferências de Capital	333.644.039,00	596.075.511,00	14.160.319,79	2.824.156,07	176.367.833,88	195.624.521,38	157.276.205,12	400.450.989,62
Outras Receitas de Capital	306.004.115,00	268.837.583,00	-	50.000,00	-	50.000,00	306.004.115,00	268.787.583,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	20.503.276.982,00	23.512.596.526,00	2.046.086.614,80	1.896.467.250,46	19.689.459.137,04	21.749.125.739,62	813.817.844,96	1.763.470.786,38
DESPESAS CORRENTES	(17.726.260.888,52)	(19.398.677.573,20)	(1.326.502.367,34)	(1.125.264.980,90)	(17.077.477.241,42)	(18.445.928.283,47)	(648.783.647,10)	(952.749.289,73)
Pessoal e Encargos	(9.615.020.995,67)	(10.497.301.091,55)	(884.709.880,37)	(1.042.906.305,94)	(9.406.770.282,86)	(10.340.205.589,15)	(208.250.712,81)	(157.095.502,40)
Juros e Encargos da Dívida	(505.145.259,00)	(559.789.857,43)	5.210.095,03	8.276.782,91	(499.158.141,19)	(550.391.472,21)	(5.987.117,81)	(9.398.385,22)
Outras Despesas de Correntes	(7.606.094.633,85)	(8.341.586.624,22)	(447.002.582,00)	(90.635.457,87)	(7.171.548.817,37)	(7.555.331.222,11)	(434.545.816,48)	(786.255.402,11)
DESPESAS DE CAPITAL	(4.901.011.643,66)	(5.103.210.233,96)	477.298.671,27	122.768.067,46	(3.773.214.894,59)	(3.371.404.692,40)	(1.127.796.749,07)	(1.731.805.541,56)
Investimentos	(4.392.068.850,55)	(4.440.775.286,24)	447.566.086,71	173.125.628,20	(3.321.964.859,56)	(2.810.365.624,99)	(1.070.103.990,99)	(1.630.409.661,25)
Inversões Financeiras	(226.729.015,11)	(296.946.597,00)	27.763.214,08	(53.221.871,95)	(171.005.627,51)	(198.844.590,96)	(55.723.387,60)	(98.102.006,04)
Amortiz. de Dívida Interna e Externa	(282.213.778,00)	(365.488.350,72)	1.969.370,48	2.864.311,21	(280.244.407,52)	(362.194.476,45)	(1.969.370,48)	(3.293.874,27)
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	(31.798.893,13)	(53.784.847,36)	-	-	-	-	(31.798.893,13)	(53.784.847,36)
SUBTOTAL DAS DESPESAS (II)	(22.659.071.425,31)	(24.555.672.654,52)	(849.203.696,07)	(1.002.496.913,44)	(20.850.692.136,01)	(21.817.332.975,87)	(1.808.379.289,30)	(2.738.339.678,65)
SUPERÁVIT/DÉFICIT (III) = (I - II)	(2.155.794.443,31)	(1.043.076.128,52)	1.196.882.918,73	893.970.337,02	(1.161.232.998,97)	(68.207.236,25)	(994.561.444,34)	(974.868.892,27)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES *	-	-	-	-	1.482.170.840,49	455.224.700,78	-	-

FUNTE: CGM-RJ - CONTADORIA GERAL
 NOTA : VALOR CONSTANTE NO ANEXO 1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LRF.